

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – UFF
INSTITUTO DE ARTE E COMUNICAÇÃO SOCIAL – IACS
DEPARTAMENTO DE CIENCIA DA INFORMAÇÃO – GCI
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA**

DAYANE DA SILVA

**ORGANICIDADE EM ACERVOS DE
ARQUITETURA: PROPOSTA DE
ORGANIZAÇÃO**

**UNIVERSIDADE
FEDERAL
FLUMINENSE**

NITERÓI

2017

DAYANE DA SILVA

ORGANICIDADE EM ACERVOS DE ARQUITETURA: PROPOSTA DE ORGANIZAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do Grau de Bacharel. Área de Concentração: Arquivologia.

ORIENTADORA:
Prof^ª. Dra. Clarissa Moreira dos Santos Schmidt

Niterói
2017

S586 Silva, Dayane da

Organicidade em acervos de arquitetura: proposta de
organização / Dayane da Silva. – 2017.

45 f. ; 30 cm.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) –
Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

1. Arquivologia. 2. Organização de acervos arquitetônicos. I. Título

CDD 019

DAYANE DA SILVA

ORGANICIDADE EM ACERVOS DE ARQUITETURA: PROPOSTA DE ORGANIZAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do Grau de Bacharel. Área de Concentração: Arquivologia.

APROVADO EM: / /

BANCA EXAMINADORA

Professora Dra. Clarissa Moreira dos Santos Schmidt - Orientadora
Universidade Federal Fluminense

Professor Dr. Renato de Mattos
Universidade Federal Fluminense

Me. Cláudio Muniz Viana
Universidade Federal Fluminense (Membro Externo)

Niterói
2017

Aos meus pais, pelo apoio de ontem, hoje e sempre. A minha dog amada, Samantha (*in memoriam*), que com suas lambidas me renovava. E aos colegas de profissão: esse trabalho é para vocês!

AGRADECIMENTOS

Sentimento de gratidão é uma das chaves para ser uma boa pessoa e um bom profissional. A minha base: agradeço a minha família, vulgo minha mãe, Sandra Roseli, que, por mais doido que fosse sua maneira de ensinar, conseguiu cumprir com o seu objetivo: verme formada em algo que eu amo estudar e ser uma pessoa honesta; meu pai, Sérgio Luiz, que com um jeito manso e voraz fez de tudo para que eu e minha irmã nos tornássemos pessoas boas e integras; e minha irmã, Carolaine da Silva, obrigada pela ajuda em química e por corrigir os meus erros de gramática (em português e em inglês), mesmo sendo na frente dos outros. Amo todos vocês (por mais doidos que sejam).

Ao meu querido e eterno crush/boy/boymagia/namorado: Antonio Wallace. Obrigada pela compreensão da minha ausência, dos meus surtos e por me escutar tagarelar sobre a Arquivologia. Agradeço por me acalmar nos meus momentos de turbulência e por me trazer chocolates e topar fazer e comer minhas comidas de mente gorda. Te amo!

Amigos! O que seriam de nós sem eles?! Obrigada Rapha Lima e Pedro Moraes pelas implicâncias com a minha área e pelas boas risadas; Edu Sant'Anna, pelas conversas do mundo acadêmico, mesmo nós sendo de áreas diferentes, é sempre bom trocar metas de quando formos acadêmicos!; Gabi Dias: mesmo distante, me apoia, nem que seja só para dizer piadas sem graças, que de tão sem graças, acaba me fazendo rir; Eliza Aguiar, minha companheira de vida acadêmica, melhor, de vida. Tantas risadas (algumas de nervoso), ranços e situações que por termos uma à outra, deu leveza para que pudéssemos continuar nessa jornada.

Obrigada aos amigos, que conquistei nos estágios: Juliana Amorim, Maria Oliveira, e todo mundo da ABL; Mariana Casanova e todos da CNC. Vocês foram fundamentais na minha formação acadêmica, profissional e pessoal. Muitíssimo obrigada por tudo!

Aos meus colegas de turma: obrigada pelas risadas, trocas, brincadeiras e pelas pizzas comidas na Cantareira. Somos os melhores, com certeza!

Agora, por último, mas não menos importante, um salve para a melhor orientadora/professora que pude ter: Clarissa Schmidt, mais conhecida como Clarissa Diva! Profissional que me espelha, que não mede esforços para poder ensinar e passar as experiências vividas na área da Arquivologia. Além de me acalmar quando dizia que estava preocupada com minha vida acadêmica e profissional. Conto com você no meu mestrado e doutorado!

*Hey, you
We can turn it up
Hey, you
We can turn it up
Silence has been killing you
Screaming deep inside of you
Just turn it up
Just turn it up*

TOKIO HOTEL

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar análises e reflexões sobre a organicidade nos acervos de arquitetura. Busca demonstrar a importância do conceito de organicidade na Arquivologia a partir de definições extraídas da literatura e dicionários de especialidade da área. Discute, também, delimitações no tratamento de acervos arquitetônicos e como são constituídos. Analisa, através de estudo de caso no Arquivo Múcio Leão da Academia Brasileira de Letras, se a organicidade está presente nos métodos de organização para tais acervos. Por fim, propõe método de organização para documentos de arquitetura.

Palavras-chave: Organicidade. Arquivo de arquitetura. Documentos de arquitetura. Método de organização.

ABSTRACT

This work aims to present analyzes and reflections on the organic nature in the architectural holdings. It seeks to demonstrate the importance of the concept of archival bond in the Archival Science from definitions extracted from the literature and specialized dictionaries of the area. It also discusses delimitations in the treatment of architectural collections and how they are constituted. Analyzes through the case study in the Múcio Leão Archive of the Brazilian Academy of Letters, if the archival bond is present in the methods of organization for such collections. Finally, it proposes method of organization for architecture documents.

Keywords: Organic body. Architecture archive. Architecture documents. Method of organization.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Planta baixa do Solar da Baronesa do Muriaé.....	28
Figura 2 – Planta de cobertura do Solar da Baronesa do Muriaé.....	30
Figura 3 – Planta de corte do Solar da Baronesa do Muriaé.....	31
Figura 4 – Fachada frontal e lateral esquerda do Solar da Baronesa do Muriaé.....	32

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Documentos relacionados a cada fase do projeto de arquitetura.....	26
Quadro 02 – Documentos do Projeto de Restauração do Solar da Baronesa de Muriaé – Campos dos Goytacazes RJ organizados a partir da configuração lógica e física.....	39

LISTA DE SIGLAS

ABL – Academia Brasileira de Letras

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

AA – Arquivo dos Acadêmicos

AI – Arquivo Institucional

CAU/BR – Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil

CIA – Conselho Internacional de Arquivos

DIBRATE – Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IFHC – Fundação Fernando Henrique Cardoso

SAA – Society of American Archivists

SAR – Seção de Arquivos de Arquitetura

UENF – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	OBJETIVOS	15
1.1.1	OBJETIVO GERAL.....	15
1.1.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	15
1.2	JUSTIFICATIVA	15
1.3	METODOLOGIA	16
2	ORGANICIDADE E ACERVOS DE ARQUITETURA	17
2.1	ORGANICIDADE: sua importância na Arquivologia	18
2.2	ACERVO DE ARQUITETURA E AS SUAS ESPECIFICIDADES	20
2.2.1	FORMAÇÃO DO ACERVO DE ARQUITETURA: projeto	23
2.2.2	FORMAÇÃO DO ACERVO DE ARQUITETURA: definição dos tipos básicos de representação	28
3	O ARQUIVO MÚCIO LEÃO DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS	33
3.1	ANÁLISE DA ORGANIZAÇÃO: Projeto de Restauração do Solar da Baronesa de Muriaé – Campos dos Goytacazes RJ.....	35
3.2	PROPOSTA DE MODELO DE ORGANIZAÇÃO PARA ACERVO DE ARQUITETURA	38
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
	REFERÊNCIAS	44

1 INTRODUÇÃO

O Arquivo tem como uma de suas principais características a relação orgânica dos conjuntos de documentos que são derivados das atividades e funções das instituições, sejam elas públicas ou privadas, ou ainda, por pessoas físicas e jurídicas. Princípios, metodologias e conceitos, como por exemplo, o princípio da proveniência e o de ciclo vital, foram desenvolvidos para manutenção do contexto de produção dos documentos, fazendo assim com que o vínculo arquivístico fosse preservado.

Além da preservação do contexto de produção, é importante, também, disponibilizar de forma eficiente a documentação quando solicitada. Para isso, é necessário que o acervo esteja organizado, através da função classificação, bem avaliado e descrito. À vista disso, a gestão de documentos é ponto central para conseguir manter o vínculo arquivístico, compreendendo desde a gênese documental, até a destinação final, ou seja, eliminação ou guarda permanente.

Nessa linha de pensamento, a gestão de documentos é um

conjunto de procedimentos, técnicas e funções arquivísticas, como a classificação e avaliação, ligados a produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento dos documentos no arquivo corrente e intermediário, com o objetivo de eliminação ou recolhimento para a guarda permanente (ARQUIVO NACIONAL, 1995, p. 14).

Contudo, esse conjunto de fazeres arquivísticos, quando colocados em prática, é pensado para os documentos administrativos, pois nota-se que outros tipos de acervos são tratados com outras metodologias, como, por exemplo, a organização de plantas/planos arquitetônicas.

Dito isto, entendemos que é necessário estar sempre atento aos princípios e conceitos da Arquivologia. Um conceito que se sobressai, por conta dos debates científicos acarretados a partir da própria existência dos documentos de arquivo, bem como a identificação tipológica dos documentos, “com vista à formulação de requisitos para a gestão de documentos” (RODRIGUES, 2011, p. 121 apud RANGEL, 2015, p. 85), é o da organicidade.

Assim, esta pesquisa nasceu com as dúvidas e indagações que decorreram das atividades da época na qual fui estagiária no Arquivo Múcio Leão da Academia Brasileira de Letras (ABL) e tive contato com a organização intelectual e física dos documentos de arquitetura, especificamente as plantas arquitetônicas do acervo cartográfico. Nesse trabalho

de organização do acervo, percebi que o modo de tratamento dado faz com que os documentos de arquitetura percam a sua organicidade.

Nesse sentido, as perguntas que guiam esta pesquisa são as seguintes: o que é a organicidade em arquivos e qual sua importância? Geralmente, na organização de acervos de documentos de arquitetura é respeitada a organicidade do conjunto documental? Se sim, quais métodos de classificação, intelectual ou física, são utilizados? Se não, como é classificado e ordenado tal acervo.

Esse Trabalho de Conclusão de Curso propõe a análise da organicidade em acervos de arquitetura e sugere um modelo para a organização para essa natureza de documento.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 OBJETIVO GERAL

O objetivo geral desse trabalho é propor um modelo para a organização de acervos de arquitetura, a fim de respeitar a organicidade da produção documental.

1.1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Compreender a importância da organicidade na Arquivologia;
- Conhecer as especificidades de acervos de arquitetura;
- Analisar o tratamento dado a esse tipo de acervo através do estudo de caso no Arquivo Múcio Leão da Academia Brasileira de Letras.

1.2 JUSTIFICATIVA

A Arquivologia, por ser uma área reconhecida recentemente como ciência no Brasil, com a abertura de cursos em universidades brasileiras por intermédio do Parecer n. 212, de 07 de março de 1972, por meio do Conselho Federal de Educação (CASTRO, 1979; AAB, 1978, apud. MARQUES, 2007, p. 19) e com a regulamentação da profissão do arquivista, através da Lei N° 6.546, de 04 de julho de 1978, há muito a conquistar. Talvez por estar em construção epistemológica e prática, ainda seja complicado que as instituições, tanto públicas quanto privadas, consigam visualizar e perceber a importância de implantar funções e métodos arquivísticos em seus acervos.

Dessa maneira, busca-se contribuir na área da Arquivologia com esse TCC, especificamente em relação aos documentos de arquitetura, que visa, também, ajudar os

profissionais da área, ou até aqueles especialistas na área de arquitetura, que se preocupam com o seu acervo e gostariam de preservá-lo da melhor maneira possível, através do tratamento documental de seus tipos documentais.

1.3 METODOLOGIA

A metodologia adotada para esse trabalho é um estudo exploratório com pesquisa qualitativa. Segundo Gil (2008, p. 41) a pesquisa exploratória tem como finalidade trazer uma familiaridade com o problema e pode constituir em levantamento bibliográfico e estudo de caso.

Ainda de acordo com Gil (2008, p. 133), procedimentos de análise são predominantemente considerados qualitativos, por ser um processo com diversas atividades, nas quais envolvem interpretação de dados e redação de relatório dos mesmos, entre outras características.

No presente trabalho, para melhor compreender o problema tratado, decidiu-se pelo estudo de literatura da Arquivologia e Arquitetura, além de estudo de caso no Arquivo Múcio Leão da Academia Brasileira de Letras.

O estudo de caso é uma das diversas opções de investigação nas ciências sociais e/ou aplicadas. Escolhe-se esse tipo de investigação quando o foco está nos acontecimentos contemporâneos dentro do contexto da vida real (YIN, 1994, p. 9-10).

Apesar de não ter uma definição certa para estudo de caso, optou-se pela definição de Yin (1994, p. 24-25), que foi um autor que se dedicou a essa questão, definindo estudo de caso como

inquérito empírico que investiga um fenômeno contemporâneo dentro do seu conceito de vida real, especialmente quando as fronteiras entre fenômeno e contextos não são claramente evidentes. [...] O inquérito do estudo do caso colabora com a situação tecnicamente distintiva [...] e como resultado depende de múltiplas fontes de provas, com os dados a necessitarem convergir num modo triangular, e como outro resultado beneficia de anteriores desenvolvimentos das proposições teóricas para guiar a recolha e análise de dados.

Ainda segundo Yin (1994, p. 26-27), esse método divide-se em cinco aplicações distintas. A primeira divisão são as explicações que ligam o programa de implementação com os resultados do programa. A segunda aplicação é detalhar uma intervenção e o contexto empírico no qual aconteceu. Na terceira divisão, o estudo de caso pode ilustrar certos temas sendo incorporados a uma avaliação, sendo mais um modo descritivo. Quarto, o método do estudo de caso pode ser utilizado no contexto que irá ser avaliado e, talvez, não tenha um resultado objetivo, ou seja, não tem um conjunto de soluções claras. E a quinta aplicação

possível é o estudo de caso sendo utilizado como “meta – avaliação”, ou seja, um estudo que examina uma avaliação aplicada.

Por essa razão, o estudo de caso, com a segunda aplicação mencionada por Yin (1994, p. 26), foi escolhido para essa pesquisa. Como dito acima, o estudo de caso a ser realizado é no Arquivo Múcio Leão da Academia Brasileira de Letras. Para melhor compreensão do problema, é necessário entender um pouco da história e estrutura da instituição escolhida para o estudo de caso.

O Arquivo Institucional da ABL é composto pela documentação administrativa e funcional, produzida, recebida e acumulada em decorrência das atividades-meio e atividades-fim da instituição. Esses documentos são acumulados pela Academia desde a sua fundação, em 1897, e inclui o acervo fotográfico, acervo audiovisual e o acervo cartográfico, sendo esse último o enfoque do estudo de caso¹.

O acervo cartográfico é constituído por plantas de imóveis pertencentes à ABL, como por exemplo, o Petit Trianon, Palácio Austregésilo de Athayde, Solar da Baronesa de Muriaé, Mausoléu da Academia, entre outros. Esses documentos são datados do início do século XX até os dias de hoje, o que demonstra que o arquivo tem um número significativo de plantas arquitetônicas, embora sua atividade-fim² não esteja relacionada com o campo da Arquitetura.

Inicialmente, apresentaremos a importância da organicidade na Arquivologia e, logo após, as especificidades dos acervos de arquitetura. Feito isso, analisaremos o tratamento que é realizado nos documentos de arquitetura no Arquivo Mucio Leão da ABL. E por fim, a proposta de um modelo para o tratamento do acervo estudado.

2 ORGANICIDADE E ACERVOS DE ARQUITETURA

Nos primeiros indícios sobre a existência dos arquivos nas sociedades pré-clássicas, nota-se a presença de documentos de arquitetura, na qual “apresentavam-se na forma de testemunhos gráficos, cartográficos e iconográficos, considerados como herança das civilizações do Médio Oriente e região da Mesopotâmia” (VIANA, 2015, p. 126).

Apesar desse tipo de documento estar inserido no mundo dos arquivos desde as sociedades pré-clássicas, ainda segundo Viana (2015, p.127) o estreitamento entre a

¹ Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/memoria-da-abl/arquivo>>. Acesso em: 21 out. 2017.

² A atividade-fim da Academia Brasileira de Letras, conforme o seu estatuto, é “Art. 1º - A Academia Brasileira de Letras, com sede no Rio de Janeiro, tem por fim a cultura da língua e da literatura nacional (...).” (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 2004, p.5).

arquitetura e a Arquivologia ocorreu após a Segunda Guerra Mundial. E isso se deu por diversas razões como o aumento do volume documental, novas técnicas de produção documental, além das necessidades de garantir a conservação da documentação e das novas metodologias para o tratamento e/ou organização arquivísticos.

Malgrado as questões que foram colocadas para a Arquivologia solucionar, comumente, uma unidade de arquivo é considerada como o setor que serve “apenas” para guardar “os papéis” que os outros setores não querem mais. A sua posição no nível hierárquico das instituições públicas e privadas leva ao seu desprestígio e, conseqüentemente, a dificuldade de recursos materiais e de pessoal qualificado (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2008, p. 7).

No entanto, no campo teórico dos arquivos há um mundo com diversas teorias e metodologias para que seja possível gerir os documentos produzidos e recebidos pela instituição, independentemente do seu suporte e/ou gênero. Mas há de convir que essa gama de teorias e metodologias, que visam evitar o acúmulo desordenado de documentos, processos documentais confusos, duplicatas e até perdas de documentos, através da implantação da gestão documental, têm como base os princípios e conceitos da Arquivologia.

2.1 ORGANICIDADE: sua importância na Arquivologia

O princípio da proveniência é um dos fundamentos mais citados nos estudos da área, o que nos leva a supor que, todos, ou grande parte, dos estudiosos e profissionais de arquivo, considerem o princípio a base teórica da arquivologia (RANGEL, 2015, p. 32).

Duchein (1986, p. 14) afirma que o princípio da proveniência ou do respeito aos fundos

consiste em manter grupados, sem misturá-los a outros, os arquivos (documentos de qualquer natureza) provenientes de uma administração, de uma instituição ou de uma pessoa física ou jurídica: é o que se chama de fundo de arquivos dessa administração, instituição ou pessoa.

A criação da noção de fundos de arquivo, que mais tarde se torna mais conhecida como o princípio da proveniência ou princípio do respeito aos fundos, foi concebida pelo historiador francês Natalis de Wailly, através de um decreto datado de 24 de abril de 1841, no qual Duchein intitula o decreto como “a certidão de nascimento da noção do respeito aos fundos” (DUCHEIN, 1986, p. 16).

O surgimento do princípio da proveniência gera uma transformação na metodologia de organização da documentação, pois, a partir da criação do princípio, os documentos relacionam-se “à organização [...] por meio da constituição do fundo de arquivo, e **não mais por intermédio da associação dos documentos a um determinado assunto**” (RANGEL, 2015, p. 33, grifo nosso).

Contudo, por mais mudanças que esse princípio trouxe para a área da Arquivologia, havia algumas lacunas em relação à definição do mesmo, na qual deixava em aberto diversas questões e pontos não muito claros. Por essa razão, o historiador e arquivista francês Michel Duchein elenca cinco questões em relação ao princípio do Respeito aos Fundos.

Dentro dessas cinco questões, a que tem relação à classificação interna³ é considerada, hoje, como o princípio da ordem original. Para Rangel (2015, p. 42), a ordem original está ligada, direta ou indiretamente, ao princípio da proveniência. De acordo ainda com o estudo da autora, diversos autores, como Martín-Pozuelo (1996), Rousseau e Couture (1998) e Belloto (2005), consideram o respeito da ordem original dos documentos como um segundo grau ou desdobramento do princípio da proveniência.

Na Arquivologia, alguns conceitos podem aparecer com nomeação diferente dos termos, como a organicidade. Segundo Rangel (2015, p. 83) existe certos termos que remetem ao termo organicidade, como a “ligação orgânica, vínculo orgânico, contexto orgânico, dentre outros, ainda que indiretamente, na bibliografia da área”.

Nesse contexto, Luciana Duranti (1997) apresenta a definição de organicidade, na qual a autora define como *archival bond*, ou na tradução literal, o vínculo arquivístico. Para a autora, o vínculo arquivístico é a “rede de relações que cada documento tem com os demais documentos pertencentes ao mesmo conjunto⁴” (DURANTI, 1997, p. 215-216).

É através desse vínculo que o documento se torna um documento arquivístico. Duranti (2015, p. 217) ainda alerta para não confundirmos o vínculo arquivístico com o termo geral do contexto. Segunda ela, o contexto é por definição um elemento extrínseco ao documento, passível de interpretação, enquanto o vínculo arquivístico é parte essencial do documento arquivístico, na qual sem o vínculo, o documento arquivístico não existiria.

Nessa linha de pensamento, de acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística - DIBRATE (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 127), organicidade é a “relação

³ A não dissertação das outras quatro questões apresentadas por Duchein se dá pelo fato que não é o objetivo desse trabalho esgotar o tema do princípio da proveniência, já que o enfoque é a organicidade.

⁴ “[...] the network of relationships that each record has with the records belonging in the same aggregation” (DURANTI, 1997, 215-216)

natural entre documentos de um arquivo em decorrência das atividades da entidade produtora”.

Podemos reconhecer que o vínculo arquivístico, definido por Duranti, é um termo equivalente à organicidade, pois a autora afirma que o vínculo arquivístico é uma “expressão do desenvolvimento de uma atividade na qual o documento participa⁵” (DURANTI, 1997, p. 217).

A importância desse conceito na Arquivologia é tamanha, que Duranti (1997, p. 218) declara que se o vínculo arquivístico dos documentos pertencentes ao mesmo fundo for corrompido, a autenticidade dos documentos não poderá ser verificada, logo, os documentos não serão confiáveis.

Já conforme o *Multilingual Archival Terminology*, organicidade é uma

característica que decorre do facto de os arquivos refletirem, enquanto produto natural da atividade de uma administração – no seu todo ou em cada uma das suas unidades, bem como nas relações entre elas – a vontade e o funcionamento dessa administração.⁶

Essa definição ainda declara que a organicidade fundamenta o princípio da proveniência e o respeito à ordem original.

A organicidade surge quando um documento é criado e esse é conectado com os demais documentos criados ao decorrer de uma ação (DURANTI, 1997, p. 216). Para Bellotto (2004, p. 88) o conceito de organicidade é “as relações administrativas orgânicas [que] refletem-se nos conjuntos documentais”. E isso ocorre independentemente do suporte e gênero do documento, podendo ele ser em papel, eletrônico, iconográfico, cartográfico, etc.

Como vimos, a organicidade é uma das bases que sustentam a metodologia arquivística. Sem ela, a documentação se desfaz e não há a relação do documento para qual a atividade que o produziu. E não havendo essa relação dos documentos entre si e para com a atividade, os documentos arquivísticos deixam de ser arquivísticos e viram coleções, o que podemos perceber que acontece frequentemente com os acervos de arquitetura, por diversas razões que veremos a seguir nos capítulos.

2.2 ACERVO DE ARQUITETURA E AS SUAS ESPECIFICIDADES

⁵ “The archival bond is expression of the development of the activity in which the document participates, rather than of the act that the document embodies” (DURANTI, 1997, p. 217)

⁶ *Multilingual Archival Terminology*. Disponível em: <<http://www.cisra.org/mat/mat/term/6896>>. Acesso em: 10 set. 2017.

Ao falarmos de documento de arquitetura, logo imaginamos plantas arquitetônicas. E quando entramos no âmbito do tratamento documental, os profissionais de arquivo pensam nas peculiaridades das plantas e no tratamento diferenciado que devem empregar a elas, por conta das suas grandes dimensões.

Consequentemente, em geral esse tipo de documento é tratado com metodologias semelhantes aos mapas (VIANA, 2011, p. 26). É nesse ponto que a organização de acervos desta natureza começa a se afastar dos princípios e conceitos da Arquivologia.

Porém, antes de abordarmos esse ponto dos conceitos para com os documentos de arquitetura, é necessário definir o que é um documento e/ou arquivo de arquitetura.

Segundo o estatuto de Seção de Arquivos de Arquitetura (SAR)⁷, arquivo de arquitetura é

[...] todo o material documental e anexo que se relaciona com a história, a teoria e a prática da arquitetura e de domínios relacionados sejam quais forem os suportes e as características físicas, criado ou recebido por organismos públicos ou privados no decorrer das suas atividades [...]. (BLANCO, 2003, p. 9 apud VIANA, 2015, p. 138).

Essa definição explicita que o arquivo de arquitetura é composto não apenas por um tipo de documento, e sim, por todo o material e os seus anexos do acervo de arquitetura, criados e recebidos pelas atividades e/ou funções por instituições, independente da esfera. Isso porque os profissionais que são responsáveis por cuidar da documentação de arquitetura, em geral, visam apenas às plantas arquitetônicas para a organização e tratamento arquivístico.

Quando analisamos o DIBRATE, concluímos que não há uma definição para o que é um arquivo ou documento de arquitetura. Porém, de modo geral, o termo arquivo especializado é utilizado para referir-se, também, a arquivo de arquitetura. Segundo o mesmo dicionário, arquivo especializado é um “arquivo cujo acervo tem uma ou mais características comuns, como natureza, função ou atividade da entidade produtora, tipo, conteúdo, suporte ou data dos documentos, entre outras” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 30).

Destarte, essa definição concerne ao arquivo de arquitetura, já que os tipos de documentos têm características comuns, tendo como exemplo as plantas arquitetônicas na qual apresentam, como uma especificidade, grandes dimensões.

⁷ A Seção de Arquivos de Arquitetura é derivada de um grupo de trabalho especializado, que foi criado em 1982 pelo Conselho Internacional de Arquivos (CIA), e que, posteriormente, em 1988, transformou-se na SAR, aprovada ao decorrer das atividades do XIV Congresso Internacional de Arquivos de Sevilha (BLANCO, 2003, p. 9 apud VIANA, 2015, p. 128).

Conquanto, este mesmo Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística possui definição para o tipo de documento planta. Consoante com o dicionário, planta é “documento em forma gráfica ou fotogramétrica representando, em seção horizontal, a organização de uma estrutura ou fração do solo.” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 133).

Seguindo nas análises acerca da definições do arquivo de arquitetura, o *A Glossary of Archival and Records Terminology*, escrito pelo arquivista norte-americano Richard Pearce-Moses e publicado pela The Society of American Archivists (SAA), em 2005, traz uma conceituação para documentos de arquitetura. De acordo com o *Glossary, architectural records*⁸ são

documentos e materiais que são criados ou reunidos como parte de um projeto, construção e documentação de edifícios e grandes estruturas semelhantes, das quais são preservados pelo seu valor administrativo, legal, fiscal ou arquivístico⁹ [cultural]. (PEARCE-MOSES, 2005, p. 24).

Nessa definição há uma nota que detalha o que são esses documentos e materiais descritos na definição. Conforme Perce-Moses, *architectural records* incluem documentos na forma impressa (papel) e no formato eletrônico (digital, CDs, etc.), modelos (maquetes), e outros tipos de documentos (que dão apoio na hora de executar a atividade-fim, que é a construção de um edifício, por exemplo), como contratos, especificações e registro de compras¹⁰.

Além dessa especificação, o autor alerta para uma distinção entre os termos *architectural records* (documentos de arquitetura) e *engineering records* (documentos de engenharia). O primeiro termo está ligado, como vimos acima, a edifícios e estruturas grandes semelhantes. Já o segundo termo, é relativo a documentos que estão relacionados a materiais menores, fabricados e documentos que tem a funcionalidade na procedência sobre a estética¹¹.

⁸ Como há uma diferenciação entre os termos *archive* e *records*, optou-se pela não tradução desse termo, já que *archive* é utilizado para os documentos da fase permanente, e *records* está ligado à fase corrente e intermediária, e traduzindo-o pode causar confusão com o sentido real do termo.

⁹ “Documents and materials that are created or assembled as part of the design, construction, and documentation of buildings and similar large structures, and that are preserved for their administrative, legal, fiscal, or archival value [...]” (PEARCE-MOSES, 2005, p. 24).

¹⁰ “Documentos de arquitetura incluem documentos na forma impressa e eletrônica, modelos, e outros documentos de suporte, tais como contratos, especificações, e registro de compras [...]” (*Ibid.*, 2005, p. 24, tradução nossa).

¹¹ “A frase ‘documentos de arquitetura’ conota a relação dos documentos com os edifícios e estruturas similares, estruturas grandes construídas; eles geralmente são distinguidos dos documentos de engenharia, que reconhecem

Substancialmente, Cruces Blanco (2004, apud VIANA, 2011, p. 27) afirma que prevalece na literatura a definição de arquivo de arquitetura como “agrupamento de documentos, formado por coleção de mapas, plantas e desenho acompanhados de documentos textuais”.

Como podemos observar nas definições aqui apresentadas, exceto na do DIBRATE, tem-se o cuidado de deixar nítido que o arquivo de arquitetura não é composto apenas de um tipo de documento, ou sendo mais precisas, somente por plantas arquitetônicas. A formação do acervo de documentos de arquitetura contém diversos tipos de documentos, independentemente do seu suporte, pois sua composição advém de uma atividade complexa. Os documentos arquivísticos retratam a atividade que os geraram, logo, não tem como os mesmos exprimirem uma relação menos profunda.

Por isso não tem sentido tratar apenas um tipo de documento, posto que há uma relação orgânica entre os documentos. Quando nos deparamos com apenas a definição do tipo de documento planta, mas não encontramos o termo arquivo de arquitetura no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, que é um instrumento de grande peso por ter sido concebido pelo Arquivo Nacional, podemos ver quão intrínseca está a ideia de que o arquivo de arquitetura é apenas a planta arquitetônica.

Ademais, é importante destacar que nos arquivos de arquitetura ocorre o costume de se pensar os conjuntos documentais como coleções. Esse ato pode trazer, em determinados casos, perdas irreparáveis nas relações orgânicas dessa documentação. Ainda existe o agravante de esses serem formados por documentos com formatos físicos e representações gráficas que tornam difíceis a organização e tratamento documental arquivístico (VIANA, 2011, p. 26).

Assim, podemos afirmar que as plantas arquitetônicas são algumas das espécies documentais que constituem um acervo de arquitetura, como vimos acima. Contudo, muitas vezes os arquivistas não sabem nem da existência dos demais tipos de documentos. Isso se dá, além de outras questões, por uma razão simples: os profissionais não sabem como se dá a produção documental desse tipo de acervo, devido sua especificidade.

2.2.1 FORMAÇÃO DO ACERVO DE ARQUITETURA: projeto

documentos relacionados a materiais menores, fabricados e documentos em que a funcionalidade tem precedência sobre a estética.” (*Ibid.*, 2005, p. 24, tradução nossa).

Sabemos que para organizar e tratar um arquivo é necessário que o profissional compreenda como são produzidos os documentos da organização ou pessoa física, uma vez que é através dessa investigação que será possível entender como se dá a estrutura do arquivo ou do fundo arquivístico (VIANA, 2015, p. 141).

Observamos, nas definições de arquivo de arquitetura, que esses são formados por um conjunto de documentos, apesar de, segundo Viana (2015, p.141), termos alguns tipos de documentos que podem vir a ter uma característica individualizada, o que acontece com as plantas de arquitetura. Para o autor, a gênese documental arquitetônica consiste em um conjunto de documentos na qual se inter-relacionam e, além disso, concernem a um mesmo objeto, nesse caso, uma edificação.

Carrascal Simon e Gil Tort (2008, p. 18 apud VIANA, 2015, p. 141) afirmam que esse conjunto de documentos ligados a edificações constituem uma unidade documental, que é chamada de projeto de arquitetura. Por meio da análise dessa estrutura documental básica, conseguiremos verificar como se produz e se acumula esses documentos para que se tenham subsídios concretos no momento da organização e identificação dos mesmos.

A área de arquitetura é vasta em normas que são usadas no processo de idealização e execução do projeto de arquitetura. Essas normas, além de parametrizar o processo da confecção de um edifício, ditam quais documentos são necessários nesse procedimento, isto é, determinam também a produção documental. Por essa razão, estudar tais normas é fundamental, pois elas “permitem não só conhecer a instituição ou pessoa física que expediu ou recebeu a documentação, como também o próprio procedimento administrativo que afeta um determinado conjunto documental” (VIANA, 2015, p. 142).

De acordo com Patrícia Ferreira (2008, apud VIANA, 2015, 142) e Gildo Montenegro (1997, *ibid.*) as normas e convenções brasileiras que servem para elaborar o projeto de arquitetura, incluindo as normas edilícias e urbanísticas, junto com a NBR-6492:1994 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), são as mais importantes.

Abaixo, seguem outras normas relevantes e que ajudam a traçar a produção documental, segundo Viana (2015, p. 142):

- NBR-6492:1994: concerne sobre a normatização técnica para a representação gráfica de projetos de arquitetura. Ademais, determina padrões a ser seguidos pelo arquiteto no ato da elaboração dos documentos de representação gráfica, assim como apresenta, também, algumas definições de espécies documentais;

- NBR 10582:1988: estabelece como deve ser a apresentação da folha para desenho técnico, tal qual o espaço indicado ao desenho e conteúdo informativo da legenda;
- NBR 10068:1987: define os formatos e dimensões do papel em que serão registrados os desenhos. Os formatos são: A0, A1, A3 e A4, além de conter orientações de uso e arquivamento de tais documentos;
- NBR 13531:1995: refere-se à realização do projeto de edificações (atividades técnicas);
- NBR 13532:1995: refere-se à realização do projeto de edificações, concernente a arquitetura;
- Resolução 21/2012 do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR): Sistematiza as atividades e atribuições do arquiteto e urbanista, além de estabelecer o uso e definições de inúmeras espécies documentais desenvolvidas no projeto arquitetônico.

Como já apresentamos, saber tais normais é primordial para entendermos a acumulação e criação do conjunto de documentos de arquitetura. Conforme Patrícia Ferreira (2004, p. 3), o projeto de arquitetura é formado por quatro fases (estudo preliminar, anteprojeto, projeto de execução e projeto como construído), na qual há diversas etapas e cada uma com documentos e informações típicas de cada fase, na qual a fase seguinte não anula a anterior.

Porém, para o Dicionário Ilustrado de Arquitetura (ALBERNAZ; LIMA, 2000 apud VIANA, 2011, 27) o projeto de arquitetura no Brasil divide-se em três fases, que são o estudo preliminar, anteprojeto e projeto de execução. Por essa razão, descreveremos apenas as três etapas.

Segundo Ferreira (2004, p. 3), tendo por base as normas da ABNT, o **estudo preliminar**, primeira fase, consiste na elaboração do primeiro esboço do projeto a ser realizado. É nessa etapa que o cliente tem contato com o desenho e faz a sua primeira avaliação. Já nessa fase, pode ser feita consultas aos órgãos responsáveis pela fiscalização e licenciamento.

O **anteprojeto**, que é a segunda fase, ocorre após a aceitação e avaliação do cliente no estudo preliminar; são efetuadas mudanças e melhorias no esboço do que foi idealizado. Ademais, são realizados os projetos complementares, tais quais os de instalação prediais, estrutura e etc.

A terceira fase do projeto arquitetônico é o **projeto de execução**. Essa etapa é a final e ocorrem os ajustes necessários entre todos os diferentes projetos que se envolvem na construção. Igualmente, segundo o Dicionário Ilustrado de Arquitetura (ALBERNAZ; LIMA, 2000 apud VIANA, 2011, 27), essa fase compõe-se do desenvolvimento do anteprojeto admitido pelas autoridades municipais e abarca as informações arquitetônicas necessárias para a construção do edifício.

Como dito anteriormente, cada fase produz documentos específicos. A fim de facilitar a visualização, segue abaixo o quadro descrevendo os documentos gerados, comumente, em cada fase do projeto.

Quadro 01 – Documentos relacionados a cada fase do projeto de arquitetura

FASE DO PROJETO	ESPÉCIE/TIPOS DE DOCUMENTOS
Estudo preliminar	<ul style="list-style-type: none"> • Planta de situação • Plantas baixas • Corte longitudinal e transversal • Fachadas • Perspectiva • Memorial descritivo
Anteprojeto	<ul style="list-style-type: none"> • Planta de situação • Planta de locação • Planta dos pavimentos • Dois cortes • Duas fachadas
Projeto de execução	<ul style="list-style-type: none"> • Planta de locação • Memorial descritivo e justificativo • Especificações de materiais e de

	<p>equipamentos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Orçamento • Cronograma de obras • Perspectiva • Projeto de instalações (elétrica, telefônica, hidro sanitária, entre outros) • Projeto estrutural
--	---

Fonte: Elaboração própria, baseada em Viana (2015) e Montenegro (1997, apud VIANA, 2015, p. 145).

Em atenção ao projeto de instalações e o estrutural, são classificados como complementares, pois visam integrar tecnicamente o projeto arquitetônico (ALBERNAZ; LIMA, 2000, p. 520 apud VIANA, 2015, p. 145). Assim, esses projetos abrangem, segundo Schulz (1982, p. 4 apud VIANA, 2015, p. 145),

estrutura, instalações hidráulicas, instalações de esgoto, instalações elétricas, instalações telefônicas, instalações de gás, sistemas de ar-condicionado, sistemas de exaustão mecânica, elevadores, escadas rolantes, instalações especiais¹², como por exemplo, proteção contra incêndio, acústica, sonorização, comunicação, luminotécnica, lixo, etc., paisagismo e arquitetura de interior.

Ainda de acordo com a autora, o projeto de arquitetura é “uma construção [de] um todo integrado” (SCHULZ, 1982, p. 4 apud VIANA, 2015, p. 145). Sendo assim, fica claro que o projeto de arquitetura é constituído por diversas partes, projetos e etapas das quais cada uma tem o seu papel fundamental para o entendimento, nexos e realização de sua função principal, que é construir um edifício ou estruturas semelhantes.

Dito isso, é importante apontar o papel relevante do arquiteto, pois é ele, segundo Burlamaqui (1982, p. 43 apud VIANA, 2015, p. 145) que é o “[...] responsável por garantir a unidade documental de todo o projeto de construção [...]”. Por essa razão que o profissional responsável pela documentação do arquivo de arquitetura deve consultar o arquiteto responsável quando surge alguma dúvida em relação à concepção da gênese dos documentos.

¹² Cada item gerará uma planta específica. Por exemplo: instalação de esgoto gerará uma planta de instalação de esgoto.

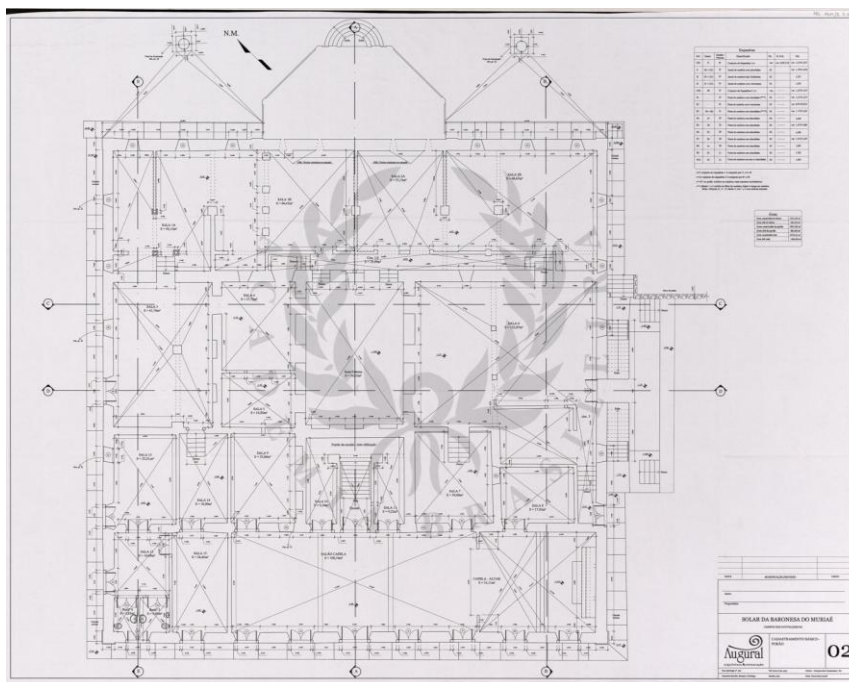
Além de manter contato com o profissional de arquitetura é indispensável que o arquivista saiba a definição de conceitos básicos de alguns tipos predominantes de representação encontrados nos acervos de arquitetura, uma vez que é através do projeto de arquitetura que se poderá sanar qualquer dúvida em relação à construção.

2.2.2 FORMAÇÃO DO ACERVO DE ARQUITETURA: definição dos tipos básicos de representação

Com o propósito de auxiliar no entendimento das definições, ilustraremos com as plantas da ABL, alguns dos tipos de representação a serem descritos, pois assim, poderá ser feita uma ligação entre o conceito e o produto final.

Começaremos a definição pela **planta da edificação ou planta baixa**. Esse tipo de representação é o resultado do corte da edificação a partir de, aproximadamente, 1.5 metros da altura do piso (FERREIRA, 2004, p. 6). Viana (2015, p. 146) explica ainda que a planta da edificação/ baixa, consta a representação dos elementos por completo e compartimentos da composição do projeto arquitetônico.

Figura 1: planta baixa do Solar da Baronesa do Muriaé



Fonte: Arquivo Academia Brasileira de Letras

Ademais, Ferreira (2008, p. 58 apud VIANA, 2015, p. 146) aponta que esse documento gráfico é “o primeiro desenho realizado e é a partir dele, em maior ou menor grau, que são feitos todos os outros”.

A **planta de situação** mostra a construção dentro do terreno como um todo, como também seus anexos, elementos complementares e pontos próximos de destaque, como cursos de água, ruas, etc. (FERREIRA, 2004, p. 4).

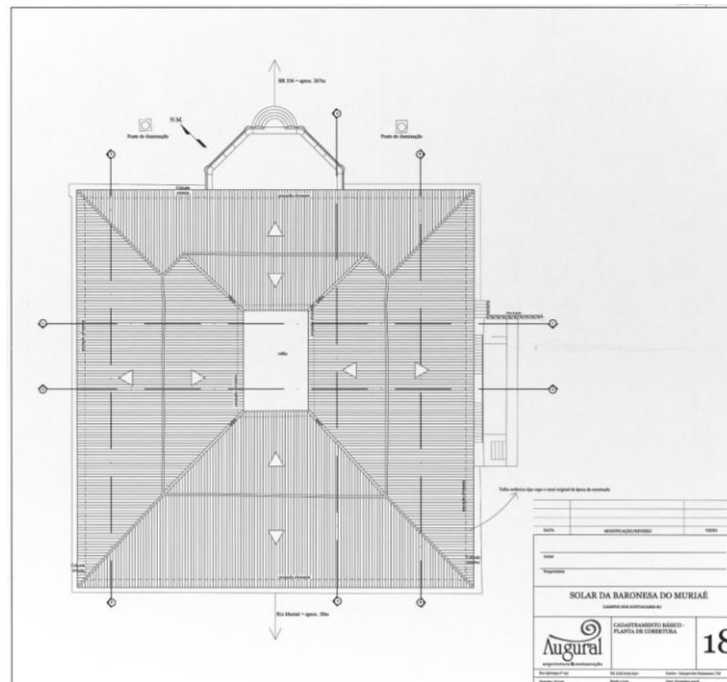
De acordo com Viana (2015, p. 147) esse tipo de planta aponta, ainda, o terreno e principais acessos, definindo assim a “posição da edificação em relação ao logradouro e aos terrenos vizinhos”.

Já a **planta de locação ou implantação** é uma planta mais técnica, de acordo com Ferreira (2004, p. 4) e por essa razão, usualmente, não é apresentada ao cliente. É semelhante à planta de situação, porém não pode ser confundida com a mesma.

A planta de locação refere-se à localização da fundação, pilares e vigas, além de ter uma relação com os projetos complementares como localização das cavas de fundação, movimentos da terra, posicionamento das instalações de água, esgoto e etc.

O **plano de cobertura** é a vista da parte superior da edificação. Consoante com Albernaz e Lima (2000, p. 481 apud VIANA, 2015, p. 147) essa planta “apresenta o contorno total da edificação e tem por finalidade caracterizar o telhado e indicar o modo como as águas da chuva serão retiradas e conduzidas para o solo”.

Figura 2: planta de cobertura do Solar da Baronesa do Muriaé

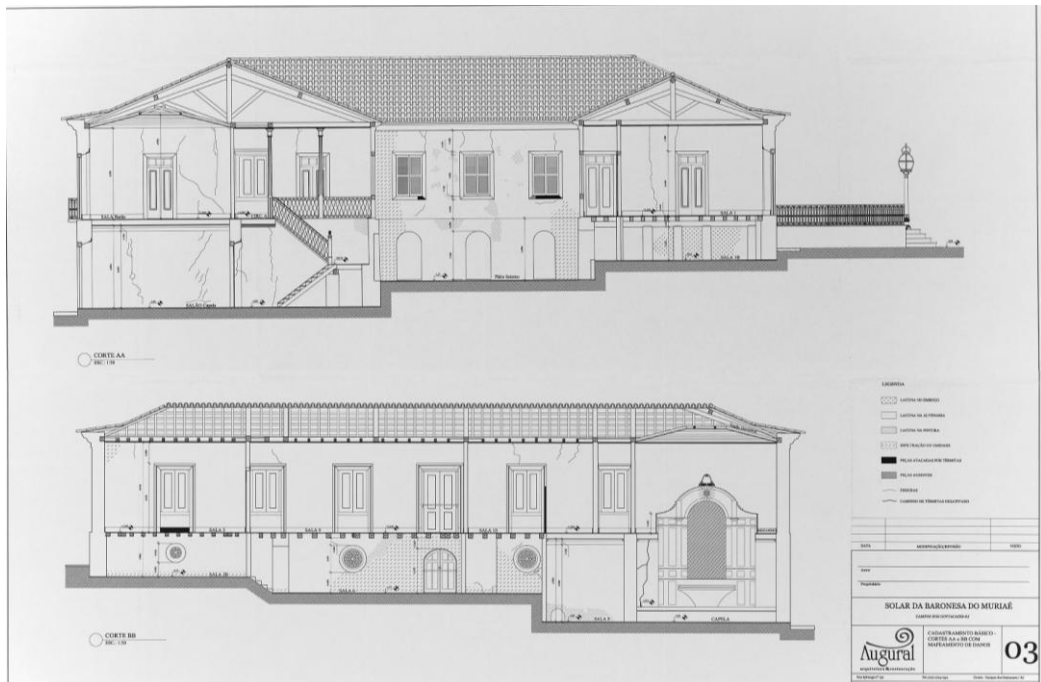


Fonte: Arquivo Academia Brasileira de Letras

A **planta topográfica** retrata a configuração morfológica do terreno, ou seja, a forma do terreno, como os aclives, declives, rios, lagos. Por fim, essa planta representa “todas as condicionantes do lugar e é realizada a partir de um minucioso levantamento topográfico do terreno” (VIANA, 2015, p. 147). E para iniciar o projeto de arquitetura, em terrenos com declives, é imprescindível ter a planta topográfica da área de construção Albernaz e Lima (2000, p. 481 apud VIANA, 2015, p. 147).

O **corte** resulta “do corte da construção por um plano vertical posicionado de modo a representar detalhes os espaços internos da construção” (FERREIRA, 2004, p. 5). Esse tipo de plano pode ser longitudinal ou transversal e que são as representações exigidas em cada fase do projeto arquitetônico.

Figura 3: corte do Solar da Baronesa do Muriaé



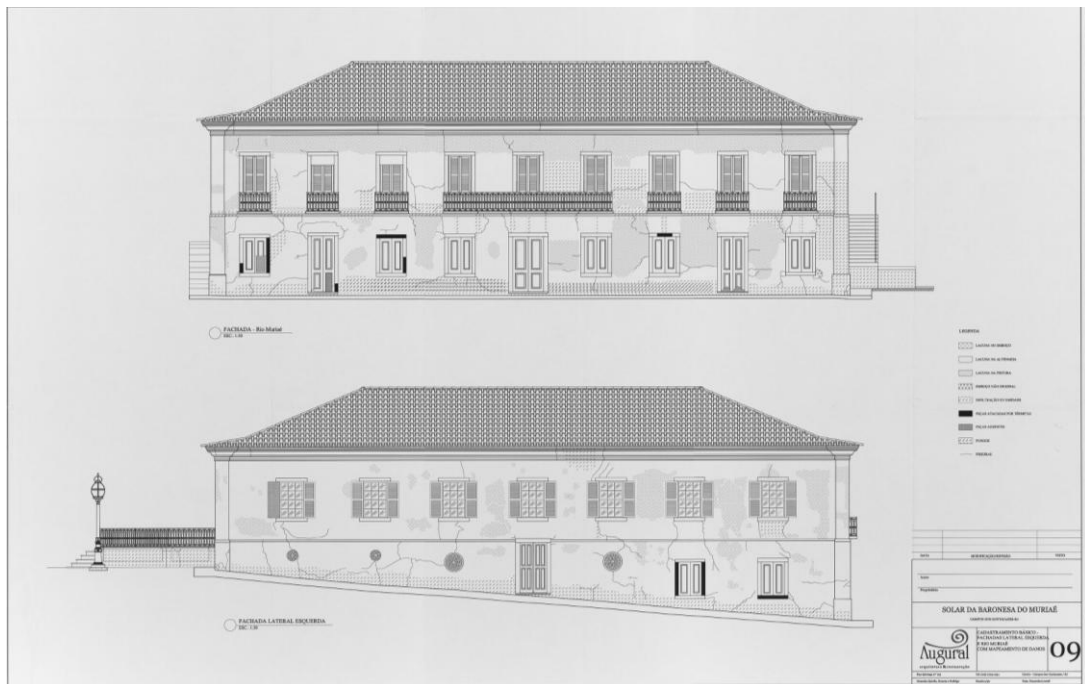
Fonte: Arquivo Academia Brasileira de Letras

De mais a mais, nesses dois tipos de corte

obtêm-se as dimensões verticais do futuro objeto, pé direito – altura interna da laje de piso à laje de teto, altura de cumeeira – altura máxima do telhado, altura de bancadas, equipamentos, das esquadrias – janelas e portas, altura entre o interior e o exterior da edificação (VIANA, 2015, p. 147).

Outro tipo de representação é a **fachada** que, como disse Viana (2015, p. 147) é semelhante a uma fotografia, reflete “o aspecto externo da edificação futura, como todos os seus detalhes: esquadrias – portas e janelas, material de revestimento, paisagismo, muros, portões, enfim, a antecipação da materialização de uma nova edificação” (VIANA, 2015, p. 147).

Figura 4: fachada frontal e lateral esquerda do Solar da Baronesa do Muriaé



Fonte: Arquivo Academia Brasileira de Letras

Os dois últimos documentos gráficos fundamentais são as elevações e a perspectiva. As **elevações** são “representações de vistas internas da construção ou elementos isolados” (FERREIRA, 2004, p. 5). A **perspectiva** retrata uma parcela ou um elemento específico da edificação, o edifício em si e o conjunto constituído em seu entorno, de forma a mostrar o objeto arquitetônico em três dimensões.

A perspectiva pode ser subdividida em “perspectiva aérea, a sentimento, a voo de pássaro, axonométrica, cavaleira, isométrica, linear e panorâmica” (VIANA, 2015, p. 148). E esses documentos, conforme Albernaz e Lima (2000, p.462 apud VIANA, 2015, p. 148), na sua grande maioria integram a fase do estudo preliminar e do projeto de execução.

Concebido as principais representações gráficas na arquitetura, fica mais fácil de entender parte da documentação produzida no projeto de arquitetura. Agora, iremos compreender o projeto como um todo, desde as primeiras representações elaboradas até os outros tipos de documentos, como orçamento, cronograma, correspondência, memorial descritivo, entre outros.

Para isso, analisaremos um projeto de arquitetura do Arquivo Múcio Leão da Academia Brasileira de Letras.

3 O ARQUIVO MÚCIO LEÃO DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

A Academia Brasileira de Letras foi inspirada pela Academia Francesa e idealizada por Afonso Celso Júnior e Medeiros de Albuquerque, sendo inaugurada no ano de 1897 com o objetivo de cultivar a língua e a literatura nacional. Diferente do que as pessoas pensam, a ideia de uma Academia de Letras surgiu do desejo dos literatos Lucio de Mendonça e Medeiros e Albuquerque, e não de Machado de Assis.

Segundo o site oficial da Academia Brasileira de Letras, “as primeiras notícias relativas à fundação da ABL foram divulgadas [no dia] 10 de novembro de 1896, pela Gazeta de Notícias, e, no dia imediato pelo Jornal do Commercio”. Antes de sua inauguração foram realizadas sete sessões preparatórias onde foram escolhidos os quarenta membros fundadores e foi, também, aprovado o seu estatuto.

Sem sede própria, as sessões da Academia Brasileira de Letras foram realizadas no antigo Ginásio Nacional, no Real Gabinete Português e no escritório de Rodrigo Octávio. Só “em 1904, o secretário do Ministro do Interior J.J. Seabra, Mário de Alencar, depois acadêmico, conseguiu que o Governo alojasse a Academia na ala esquerda do prédio de esquina, entre a então praia da Lapa e o Passeio Público” (PIZA, 2003, p.36).

O Silogeu Brasileiro, primeira sede da Academia Brasileira de Letras, só foi conquistado a partir do decreto nº726 de 08 de dezembro de 1900 que dispunha no seu artigo primeiro que “fica o Governo autorizado a dar permanente instalação, em prédio público de que possa dispor, à Academia Brasileira de Letras, fundada na capital da República para a cultura e desenvolvimento da literatura nacional”.

A Academia permaneceu nessa sede até 1923, quando Joaquim Nabuco junto ao embaixador da França Raymond Conty conseguiu de doação do Governo Francês o prédio do pavilhão francês inspirado no Petit Trianon de Versalhes, localizado no Bairro Castelo, na cidade do Rio de Janeiro, onde se situa até hoje.

Segundo o estatuto, referente ao conjunto de regras e funcionamento, no seu 1º artigo, parágrafo primeiro, a ABL possuirá 40 acadêmicos no seu quadro de membros efetivos e 20 sócios correspondentes. Aquele que desejar fazer parte do quadro de acadêmicos da Academia Brasileira de Letras deverá se candidatar diante do falecimento de um membro e após votação poderá ser eleito ou não.

O regimento interno da Academia Brasileira de Letras foi elaborado em 2004 pela administração daquele ano e continua vigente. O mesmo sistematiza sobre as realizações das

atividades internas da instituição como eleições, sessões, publicações, etc. No “Capítulo VIII – Do Arquivo” do regimento interno da instituição está exposto à composição, finalidade e função do Arquivo Mucio Leão da Academia Brasileira de Letras.

O arquivo da ABL “tem por finalidade a preservação, a organização e a criação de facilidades para o acesso à documentação produzida, recebida e acumulada pela Academia e por seus membros” (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 2004, p.27.) O Arquivo é constituído pelo Arquivo dos Acadêmicos (AA) e pelo Arquivo Institucional (AI).

É competência do AA a organização e acessibilidade da documentação privada e pessoal dos mesmos e ao AI é competido à documentação administrativa e funcional da Academia Brasileira de Letras, e por isso o acervo de arquitetura pertence ao Arquivo Institucional.

O acervo de arquitetura faz parte do Arquivo Cartográfico, Arquivo Institucional e Arquivo Iconográfico que estão inseridos no AI da ABL. Isso se dá porque esse tipo de acervo provém da documentação administrativa, pois é produzido pela Secretaria Executiva dessa instituição.

A Academia é uma instituição privada sem fins lucrativos e um dos meios de obter receita é através de doações feitas à instituição. Através de uma dessas doações que o acervo de arquitetura começou a ser constituído.

Em 1917, a Academia recebeu uma doação por meio da herança deixada pelo livreiro Francisco Alves, e a maior parte dessa herança era composta por imóveis. O acervo, então, começou a ser formado por uma planta do prédio da Uruguaiana, número 106, do ano de 1918, um dos imóveis herdados do Francisco Alves.

Os imóveis são uns dos meios de arrecadação de receita pela Academia. Por isso há um acervo significativo e esse é permanente na instituição. Segundo Morris Rieger, os documentos secundários possuem quatro valores. O acervo de arquitetura, mais especificamente as plantas, para a Academia, possui dois desses valores apresentados por Rieger: a do “os que possuem valor de testemunho ou de ‘documentação funcional’, isto é, refletem a evolução histórica da administração de origem” e a do “os que continuam a apresentar valor administrativo (...) depois de ter perdido seu valor primário para as operações correntes.” (RIEGER, 1979 apud. BELLOTTO, 2004, p. 118, 119).

Além das plantas conterem esse valor histórico para a instituição, possuem também valor cultural, já que dois imóveis pertencentes à ABL são tombados: o Petit Trianon, que é tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), e o Solar da Baronesa de

Muriaé, que é tombado pelo Instituto Patrimônio Histórico e Artístico (IPHAN). Ambos os imóveis localizam-se no Estado do Rio de Janeiro.

Para o estudo de caso, escolhemos o Projeto de Restauração do Solar da Baronesa de Muriaé – Campos dos Goytacazes RJ. O imóvel é a Fazenda Baronesa ou São Francisco de Paula, porém é mais conhecido como o Solar da Baronesa. Essa edificação, construída em 1844, pertenceu aos barões Manoel Pinto Netto da Cruz e Raquel Francisca de Castro e tinha importante fabricação de açúcar e aguardente. Essa fazenda foi palco de saraus de gala e, de acordo com cronistas da época, recebeu o Imperador D. Pedro II, em 1847, quando este visitava Campos¹³.

Após muitos anos, e já degradado, o Solar pertenceu ao acervo rural da Usina Sapucaia, do Senador João Cleófas. Ainda sobre responsabilidade da Usina, a fazenda foi tombada pelo IPHAN no dia 19 de julho de 1974. Em 1975 foi doada à Academia Brasileira de Letras, com a condição de ser constituída alguma atividade voltada para a cultura. Nos dias de hoje, o solar está cedido ao Instituto de Ciências Políticas, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)¹⁴.

3.1 ANÁLISE DA ORGANIZAÇÃO: Projeto de Restauração do Solar da Baronesa de Muriaé – Campos dos Goytacazes RJ

O projeto a ser analisado aqui nasceu da necessidade de restaurar o Solar, pois se encontra muito deteriorado. Por ser um imóvel tombado, qualquer intervenção deve ser aprovado pelo IPHAN, por isso nesse acervo existem tipos documentais que são derivados desse processo, tais como ofícios, cartas e processos.

O acervo de arquitetura está dividido pelos seus gêneros e para cada um existe um índice de recuperação: as plantas arquitetônicas são recuperadas pelo índice cartográfico; as fotografias, pelo índice iconográfico; e os documentos textuais, como os projetos, cronogramas, orçamentos, entre outros, conseguimos acesso pelo índice institucional de cada setor, nesse caso, o índice institucional da Secretaria Executiva da ABL.

¹³ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) – Disponível em: <<http://www.infopatrimonio.org/?p=23475#!/map=38329&loc=-21.63269686851076,-41.296749114990234,12>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

¹⁴ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) – Disponível em: <<http://www.infopatrimonio.org/?p=23475#!/map=38329&loc=-21.63269686851076,-41.296749114990234,12>>. Acesso em: 21 nov. 2017..

A organização do acervo começa assim que os documentos cumprem a sua função e é recolhido para o Arquivo. Ao chegar, os documentos são separados de modo a serem acondicionados da maneira mais apropriada. Por exemplo, o acervo de arquitetura é composto por representações gráficas de grande dimensão (no suporte em papel ou eletrônico), relatório fotográfico, memorial descritivo, orçamento e outros documentos textuais.

Assim, as representações gráficas são acondicionadas na mapoteca, logo é inserida no índice cartográfico. As fotografias do relatório fotográfico são arquivadas em jaquetas e é adicionada no índice iconográfico. Já os documentos textuais são acondicionados em pastas e é posta no índice institucional do respectivo setor que lhe deu origem, nesse caso, Secretaria Executiva.

Essa prática nos acervos de arquitetura é comum e é frequente que esses tipos de documentos, de acordo com Viana (2011, p. 31),

sejam organizados tematicamente, descontextualizados do restante da documentação com a qual foram produzidos, trazendo à tona um índice de recuperação informacional muito menor do que se estivesse junto ao conjunto documental com o qual foram produzidos.

Ou seja, a organização dada ao acervo, de desmembrar o conjunto documental, sem colocar remissiva ou alguma notação de que tais documentos pertencem ao mesmo projeto, faz com que a organicidade se perca.

Para provar essa afirmação, fizemos a pesquisa a partir das plantas do Projeto de Restauração do Solar da Baronesa de Muriaé – Campos dos Goytacazes RJ. Percebemos a falta do vínculo entre os documentos já nesse momento, pois as plantas estão organizadas no índice por imóveis, pavimento e depois pelo tipo de representação gráfica, e não por projetos¹⁵. Logo, não foi possível localizar de início o conjunto de plantas, cortes, fachadas, detalhes do projeto em questão.

Com o objetivo de reunir todas as representações gráficas desse Projeto de Restauração do Solar, começamos a analisar todas as plantas referentes ao edifício Solar da Baronesa, para assim, identificar quais representações faziam parte do mesmo conjunto de documentos.

Após essa análise foram ligadas 39 representações gráficas, dentre elas plantas baixas, plantas de cobertura, fachadas, cortes e detalhes. Assim, percebemos que o Projeto

¹⁵ Essa falha já foi notada pela arquivista responsável e a mesma já iniciou um projeto que organiza as representações gráficas (plantas, cortes, fachadas, etc.) por projetos e não mais pelos pavimentos e tipo de representações.

Restauração do Solar é da fase de execução e, conseqüentemente, existem outros tipos de documentos que fazem parte desse conjunto de documentos, como orçamento, relatório fotográfico e outros.

O próximo passo, já que temos parte dos documentos do projeto, é buscar o restante da documentação no índice institucional da Secretaria Executiva e no iconográfico. No índice das fotografias encontramos fotos que têm relação com o projeto em questão, através do relatório fotográfico. Já no índice dos documentos textuais, localizamos diversos documentos que nos deram a “luz” para entendermos a razão de tal projeto existir.

Apesar de a documentação textual estar no mesmo índice, a mesma não estava sinalizada por projeto. Dessa forma, foi necessária nova pesquisa para conseguir identificar todos os documentos que fazem parte do Projeto de Restauração do Solar da Baronesa de Muriaé – Campos dos Goytacazes RJ.

Deste modo, após pesquisa nos documentos que mencionavam algo sobre o Solar da Baronesa, sobre o assunto restauração do Solar, ou eram documentos enviados pelo escritório de arquitetura e restauração Augural¹⁶, foi possível conseguir entender o contexto pelo qual esse projeto nasceu.

Como mencionado acima, o Solar da Baronesa é tombado pelo IPHAN, e portanto, os bens que são registrados no livro do órgão “estão sujeitos à fiscalização realizada pelo Instituto para verificar suas condições de conservação, e qualquer intervenção nesses bens deve ser previamente autorizada¹⁷”.

E através da pesquisa, realizada nos documentos textuais, notamos que esse projeto surgiu pela demanda do IPHAN, que posterior a uma fiscalização no Solar, identificou que o imóvel estava se deteriorando. Como a ABL é a responsável pela edificação, essa foi notificada e exigida que tomasse providencias para com o Solar, já que esse é patrimônio cultural do Brasil.

Essa constatação, de como o projeto surgiu, só pode ser realizada pela pesquisa nos documentos. Ajudou-nos o fato de a documentação estar organizada e o recorte temporal não ser muito grande (em torno de 2008 a 2011). Porém, como a organicidade está comprometida, leva-se muito tempo para entender o porquê de certos documentos estarem no acervo.

Nos documentos textuais foi identificado o restante dos documentos do projeto. Nessa documentação encontram-se os relatórios fotográficos; correspondência da ABL pro IPHAN e

¹⁶ Empresa de arquitetura e restauração que foi a responsável pelo projeto trato aqui.

¹⁷ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) – Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>>. Acesso em: 22 nov. 2017.

vice-versa, debatendo sobre como se daria a restauração do Solar; correspondência da ABL e do escritório de arquitetura e restauração Augural; processos judiciais acerca da preservação do Solar de Muriaé; laudo técnico; orçamento do projeto, bem como o cronograma.

Em seguida a essa pesquisa, pode-se reagrupar todos os documentos relativos ao Projeto de Restauração do Solar da Baronesa de Muriaé – Campos dos Goytacazes RJ, assim trazendo de volta o vínculo entre os documentos.

Segundo Camargo e Goulart (2007, p.64) a abordagem arquivística é principal no que tange o tratamento arquivístico, em especial a organicidade que nos fundos e acervos “é garantida pelo estabelecimento de vínculos entre cada um dos documentos que os integram e as atividades mais imediatas que lhe deram origem”.

Ou seja, a organicidade restaurada no projeto aqui estudado aconteceu através da análise dos documentos para que fosse possível identificar a ligação orgânica entre cada documento, o que prova que se houver uma pesquisa, grande parte do vínculo arquivístico do acervo de arquitetura da ABL será reparado.

3.2 PROPOSTA DE MODELO DE ORGANIZAÇÃO PARA ACERVO DE ARQUITETURA

Em virtude da diversidade de suportes, dimensões e tipos de documentos que o acervo de arquitetura concebe, é fundamental que cada documento seja armazenado da melhor forma possível. Isto é, que cada suporte deve ser acondicionado para que seja conservado da maneira mais adequada, a fim de proteger e prolongar a “vida” dos documentos.

Por essa razão, nos arquivos, “as operações de classificação e de disposição física dos documentos são dissociadas” (CAMARGO; GOULART, 2007, p. 59). Ou seja, não há problema em arquivar fisicamente os documentos de um mesmo acervo em locais diferentes, desde que os documentos estejam juntos intelectualmente/ logicamente.

Para evitar a perda da organicidade do acervo de arquitetura, não somente na ABL, aplicando-se a qualquer instituição que detenha esse tipo de documentação, é necessário que se tenha dois tipos de organização, na qual as autoras Ana Maria Camargo e Silvana Goulart – no livro “Tempo e Circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais” do ano de 2007 – intitulam de **configuração lógica** e **configuração material**¹⁸.

¹⁸ As autoras aplicaram tal organização no acervo do Fundação Fernando Henrique Cardoso (IFHC).

A configuração lógica, segundo Camargo e Goulart (2007, p. 59), define o modo como os documentos devem ser classificados, sempre de modo a preservar a organicidade do conjunto documental, em outras palavras, deve manter a “sua capacidade de refletir funções e atividades [...] que lhe deram origem”. Além disso, permitirá a consulta fundamentada em critérios de acesso coerentes.

Assim, a classificação incide sobre os documentos

cuja individualidade se pretende recuperar a partir do contexto em que foram acumulados. A cada unidade de descrição corresponde a identificação formal dos documentos e o registro das circunstâncias que justificam sua presença no arquivo. (CAMARGO; GOULART, 2007, p.59)

Já a configuração material, ainda de acordo com as autoras, estabelece a forma como os documentos devem ser acondicionados e armazenados, em locais que auxiliem a manter a integridade física da documentação. Nesse caso entra a questão da conservação preventiva, na qual se deve “compatibilizar os diferentes suportes e formatos às condições dos depósitos (temperatura, umidade relativa e iluminação) e do mobiliário” (CAMARGO; GOULART, 2007, p. 59).

A configuração material visa à organização física pelas dimensões dos documentos, ou seja, todos os documentos com mesmas dimensões ou tamanhos parecidos serão agrupados e acondicionados de maneira adequada. Contudo, esse pensamento se encaixa, também, se pensarmos em agrupar os documentos por suporte.

Desse modo, se seguirmos esse raciocínio na organização do acervo de arquitetura, cada tipo de documento será armazenado de maneira a ser conservado da melhor maneira possível e o vínculo dos documentos se manterá intacto. Isso se dá porque terá um instrumento que manterá o conjunto documental unido, mesmo que eles estejam separados fisicamente.

Para exemplificar e provar que é possível aplicar esse tipo de organização nos documentos arquitetônicos, apresentaremos, no Quadro 02, como parte da documentação do Projeto de Restauração do Solar da Baronesa de Muriaé – Campos dos Goytacazes RJ ficaria utilizando a organização da configuração lógica e física.

Quadro 02 – Documentos do Projeto de Restauração do Solar da Baronesa de Muriaé – Campos dos Goytacazes RJ organizados a partir da configuração lógica e física

Projeto de Restauração do Solar da Baronesa de Muriaé – Campos dos Goytacazes RJ
--

TIPO DE DOCUMENTO	DATA	LOCALIZAÇÃO	REMISSIVA
Relatório Técnico (2ª versão)	Outubro de 2009	24.2.7	<ul style="list-style-type: none"> - Representações gráficas Mapoteca 2 (gaveta 08): 4.050 a 4.058, 4.064, 4.067 a 4.077, 4.088, 4.090 a 4.092, 4.094 a 4.097, 4.099 a 4.101, 4.105 a 4.108. - Correspondência: 24.2.7 - Fotografias: 65.1.15 - Relatório Técnico (1ª versão): 24.2.7 - Laudo Técnico: 24.3.1 - Orçamento: 24.2.7
Laudo Técnico	S/D	24.3.1	<ul style="list-style-type: none"> - Representações gráficas Mapoteca 2 (gaveta 08): 4.059 e 4.060. - Correspondência: 24.2.7 - Relatório Técnico (1ª versão): 24.2.7 - Orçamento: 24.2.7
Planta baixa (prancha 01)	Dezembro de 2008	Mapoteca 2 (gaveta 08) 4.064	<ul style="list-style-type: none"> - Representações gráficas Mapoteca 2 (gaveta 08): 4.050 a 4.058, 4.067 a 4.077, 4.088, 4.090 a 4.092, 4.094 a 4.097, 4.099 a 4.101, 4.105 a 4.108. - Fotografias: 65.1.15 - Relatórios Técnicos: 24.2.7 - Correspondência: 24.2.7 - Laudo Técnico: 24.3.1 - Orçamento: 24.2.7

Orçamento	13 de janeiro de 2009	24.2.7	- Representações gráficas Mapoteca 2 (gaveta 08): 4.050 a 4.058, 4.067 a 4.077, 4.088, 4.090 a 4.092, 4.094 a 4.097, 4.099 a 4.101, 4.105 a 4.108. - Fotografias: 65.1.15 - Relatórios Técnicos: 24.2.7 - Correspondência: 24.2.7 - Laudo Técnico: 24.3.1
-----------	--------------------------	--------	---

Fonte: Elaboração própria.

Observemos a coluna “localização” do quadro. Há quatro ambientes diferentes no qual os documentos estão armazenados: mapoteca (representação gráfica), caixa 24.3.1 (laudo técnico), caixa 24.2.7 (relatórios técnicos e orçamento) e a pasta suspensa (fotografias). Essa forma de acondicionar os documentos é fundamental, pois cada elemento implica cuidados especiais para a sua preservação.

Mesmo que os documentos estejam em locais diferentes, com notações diversas, há um instrumento, representado pelo Quadro 02, que os mantém agrupados, fazendo assim que a organicidade de tal conjunto seja preservada. Isto posto, a organização lógica dos documentos está representada e o contexto da criação destes está preservado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando as questões que guiaram essa pesquisa, esse trabalho analisou a importância da organicidade para a organização de documentos de arquivo oriundos de atividades relacionadas à arquitetura. Nessa linha de pensamento, vale ressaltar que o Princípio da Proveniência é considerado por muitos estudiosos e profissionais de arquivo como a base teórica e essencial para a organização dos documentos arquivísticos. Dessa forma, se a organicidade é desdobramento do Respeito aos Fundos, logo, ele também carrega essa importância para a área.

Infelizmente, por mais renomado e fundamental que esse conceito seja, houve a constatação, baseada no levantamento bibliográfico e no estudo de caso, que nos acervos de

arquitetura costuma-se ferir o vínculo arquivístico. Isso se dá pelas peculiaridades dos documentos arquitetônicos, por ter formatos de grandes dimensões, e pela ausência de conhecimentos acerca de sua gênese.

Assim, é imprescindível que o profissional que está a cargo de organizar esse tipo de acervo saiba como os documentos de arquitetura são concebidos e acumulados. Diante disso, foi apresentado como são formados acervos desta natureza. Na área da arquitetura, as normas têm grande impacto na produção documental, pois elas, muitas vezes, dispõem sobre quais documentos precisam conter no projeto e como devem ser concebidos.

Dado isso, foram apresentadas as principais normas da ABNT que pautam esse campo, uma vez que é entendido que compreender sobre essas regras é fundamental para entender o contexto de criação desses documentos, além de ser um dos “nortes” que o arquivista pode se basear no momento da escolha da organização.

Ademais, as fases do projeto clarificam quais espécies e tipos de documentos constituem, geralmente, cada etapa. Ou seja, entendendo como é idealizado um projeto arquitetônico, é possível compreender a gênese dos documentos e, assim, será menos complicado responder perguntas, como o porquê de tal documento existir nesse tipo de acervo.

O estudo de caso nos mostra que o acervo de arquitetura é desmembrado, isto é, a sua organização é dada a partir dos seus gêneros documentais, que são representadas e descritas em índices que tem como principal objetivo a recuperação dessa documentação¹⁹.

A perda da organicidade se dá por conta da necessidade de acomodar, fisicamente, os documentos em mobílias adequadas, por conta dos formatos e suportes diferentes. Essa medida, de arquivar em um local separado do seu conjunto documental, é para garantir melhor a sua conservação, porém, não faz sentido se afetar a organização lógica/ intelectual.

É possível elaborar métodos que não prejudiquem o caráter orgânico do conjunto documental. Os modelos de organização da configuração lógica e física foram propostos para solucionar essa questão. Além de colocar as definições desse método, houve uma exemplificação, com base em uma amostragem da documentação do projeto analisado, para demonstrar que é viável essa organização nos documentos de arquitetura.

¹⁹ Essa organização dada aos documentos de arquitetura na ABL está sendo revista. Há planos para, no futuro, o acervo de arquitetura ser organizado respeitando a organicidade e ser descrito por projetos, já que são concebidos dessa maneira. Além de todas as representações gráficas (plantas, cortes, fachadas, detalhes, etc.), fotografias e documentos textuais serem descritas no sistema Sophia Acervo.

Em suma, o intuito desse trabalho foi demonstrar que teoria e prática podem e devem estar sempre juntas, para que assim seja possível, a nós arquivistas, cumprir o papel de guardiões do vínculo arquivístico, isto é, dos documentos e arquivos.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Estatuto**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1897.

_____. **Estatutos & Regimento Interno**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2004.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. (Série Publicações Técnicas, n. 51).

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Gestão Documental Aplicada**. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2008.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Análise diplomática e análise tipológica dos documentos de arquivo. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2004.

BRASIL. Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978. **Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivistas e de Técnico de Arquivo, e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6546.htm>. Acessado em: 20 ago. 2017.

_____. Decreto nº726, de 08 de dezembro de 1900. **Lex: coleção das leis do Brasil: edição federal**: Rio de Janeiro, v. 1, p. 37, 1900.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. **Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais**. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007.

DUCHEIN, Michel. O respeito de fundos em arquivo: princípios teóricos e problemas práticos. **Arquivo & Administração**. Rio de Janeiro: 1986.

DURANTI, Luciana. The archival bond. **Archives and Museum Informatics**. v. 11. Países Baixos: Kluwer Academic Publishers, 1997.

FERREIRA, Patrícia. **Desenho de arquitetura**. 1 ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2004.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARQUES, Angelia Alves da Cunha. **Os espaços e os diálogos da formação e configuração da arquivística como disciplina no Brasil**. Brasília: CID/Unb, 2007.

PEARCE-MOSES, Richard. **A Glossary of Archival and Records Terminology**. Chicago: The Society of American Archivists, 2005. (Archival fundamentals series. II)

PIZA, Daniel. **Academia Brasileira de Letras: histórias e revelações**. Rio de Janeiro: Portugal Telecom, 2003.

RANGEL, Kissila da Silva. **Revisitando o princípio da proveniência: percepções sobre a organicidade**. Rio de Janeiro: Unirio, 2015.

VIANA, Cláudio Muniz. A organização da informação arquivística em arquivos de arquitetura do Núcleo de Pesquisa e Documentação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – UFRJ. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, n. esp., p. 23-39, 1º sem. 2011.

_____. Da concepção ao projeto de execução: a gênese documental dos arquivos de arquitetura. **Ponto de Acesso**: revista do Instituto de Ciência da Informação da UFBA, Salvador, v. 9, n. 2, p. 123-155, abr. 2015.

YIN, Robert K. **Pesquisa estudo de caso: desenho e métodos**. 2 ed. Porto Alegre: Brookman, 1994.